



431242

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO SELETIVO

001. PROVA OBJETIVA

PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA
(1ª A 10ª REGIÃO ADMINISTRATIVA JUDICIÁRIA)
(OPÇÕES: 001 A 057)

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 60 questões objetivas, e o caderno de prova discursiva.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração das provas objetiva e discursiva é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue suas provas e assine o termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de prova discursiva, a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____ Inscrição _____ Prédio _____ Sala _____ Carteira _____

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

01. Determinado tratado internacional sobre direitos humanos foi regularmente aprovado pelo Congresso Nacional sob o rito legislativo ordinário (maioria simples em turno único em cada Casa). Posteriormente, entrou em vigor uma lei ordinária federal contendo disposições diretamente incompatíveis com as normas do referido tratado. Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta acerca da prevalência normativa no caso hipotético.

- (A) O tratado internacional de direitos humanos prevalece sobre a lei ordinária, tendo em vista possuir status normativo supralegal, o que torna inaplicável a legislação infraconstitucional com ele conflitante.
- (B) A lei ordinária prevalece sobre o tratado internacional, pois, tendo ambos ingressado no ordenamento pelo rito ordinário, resolve-se o conflito pelo critério cronológico (*lex posterior derogat legi priori*).
- (C) O tratado internacional prevalece sobre a lei ordinária por possuir status equivalente ao de emenda constitucional de forma automática, nos termos da Constituição Federal.
- (D) A lei ordinária prevalece sobre o tratado internacional, visto que a ausência de aprovação pelo quórum qualificado da emenda constitucional impede que o tratado produza efeitos na ordem jurídica interna.
- (E) O tratado e a lei ordinária possuem estrita paridade hierárquica e eficácia paralela, cabendo ao Poder Executivo efetuar a denúncia do tratado internacional para afastar a antinomia.

02. O Estado da Federação X deixou de adimplir precatórios judiciais nos últimos cinco anos, alegando severa frustração na arrecadação tributária. O Governo Estadual sustenta que a destinação dos recursos orçamentários ao pagamento integral das requisições judiciais inviabilizaria a manutenção dos serviços públicos essenciais de saúde e educação, assegurados constitucionalmente. Diante da mora, um credor de precatório requereu, perante o Tribunal de Justiça do Estado, a intervenção no federal no Estado. O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado entendeu que havia descumprimento injustificado de decisão judicial e requereu a intervenção federal ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Tendo em vista a Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o tema, o pedido de intervenção federal deverá ser julgado:

- (A) procedente, visto que a Constituição Federal estabelece responsabilidade objetiva do ente federado pelo descumprimento de decisões judiciais, sendo irrelevante a alegação de insuficiência financeira.
- (B) improcedente, pois a decretação de intervenção federal por inadimplemento de precatório exige descumprimento voluntário e intencional (doloso), premissa afastada quando a mora decorre de insuficiência transitória de recursos e da necessidade de resguardar serviços públicos essenciais.
- (C) inadmissível, em razão da ilegitimidade ativa do credor particular para provocar a intervenção federal, ato que é de iniciativa exclusiva e privativa do Procurador-Geral da República.
- (D) procedente, tendo em vista que a ordem de pagamento de precatórios possui caráter prioritário absoluto sobre as despesas correntes em saúde e educação, sob pena de violação à inafastabilidade da jurisdição.
- (E) extinto sem resolução do mérito, cabendo unicamente ao Presidente do Tribunal de origem determinar o sequestro de verbas públicas nas contas do Estado devedor, sendo o STF incompetente para analisar o pedido interventivo.

03. José, natural do Estado de São Paulo, aprovado em concurso público para o cargo de juiz substituto do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ), e Pedro, natural do Estado do Rio de Janeiro, aprovado no concurso para o mesmo cargo no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP), encontram-se em período de estágio probatório. Desejando atuar em seus Estados de origem, os magistrados formalizam pedido conjunto de permuta entre os respectivos Tribunais de Justiça.

Tendo em vista o caso hipotético, o pedido de permuta formulado por José e Pedro deverá ser

- (A) indeferido, pois, embora a Constituição Federal admita a permuta entre magistrados vinculados a diferentes tribunais do mesmo segmento de justiça, exige que os permutantes já tenham obtido a vitaliciedade.
- (B) deferido, visto que a Constituição Federal assegura o direito à permuta entre juízes substitutos, independentemente do tempo de efetivo exercício no cargo ou do segmento de justiça.
- (C) indeferido, tendo em vista que a Constituição Federal proíbe a permuta entre magistrados vinculados a Tribunais de Justiça de Estados distintos.
- (D) deferido, uma vez que a Constituição Federal estabelece como critério determinante para a permuta interestadual a coincidência entre a naturalidade do magistrado e o Estado do tribunal de destino.
- (E) indeferido, pois a permuta entre magistrados vinculados a tribunais diversos é admitida constitucionalmente apenas na esfera da Justiça Federal e da Justiça do Trabalho, sendo vedada na Justiça Estadual.

04. José foi convocado para prestar depoimento na condição de investigado em Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada na Câmara dos Deputados. Ao se recusar a responder às perguntas formuladas, o Presidente da referida Comissão propôs e foi aprovada pela maioria absoluta dos membros da CPI, a prisão de José, a busca domiciliar em sua residência e a quebra do seu sigilo bancário.

Considerando o texto da Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta quanto à validade das medidas adotadas.

- (A) Apenas a quebra do sigilo bancário é válida, visto que a reserva de jurisdição não alcança essa medida, ao passo que a prisão (fora do flagrante delito) e a busca domiciliar dependem de prévia ordem judicial.
- (B) Todas as medidas adotadas são válidas, pois a Constituição atribui às Comissões Parlamentares de Inquérito os mesmos poderes instrutórios do Poder Judiciário de forma irrestrita.
- (C) Todas as medidas adotadas são nulas, pois a quebra de sigilo bancário, a prisão e a busca domiciliar estão sujeitas à reserva absoluta de jurisdição.
- (D) Apenas a prisão e a busca domiciliar são válidas, pois decorrem do poder coercitivo da CPI diante do silêncio do depoente, enquanto o sigilo bancário é inviolável.
- (E) Apenas a busca domiciliar e a quebra do sigilo bancário são válidas, por se tratarem de medidas puramente instrutórias do processo investigativo.

05. O município X editou lei local que instituiu determinada parcela remuneratória em favor de uma categoria de servidores públicos municipais. No exercício de suas atribuições de fiscalização e controle externo das contas públicas, o Tribunal de Contas do Estado (TCE) entendeu que a lei municipal padece de inconstitucionalidade e, com base nesse fundamento, determinou o afastamento da incidência da norma e a imediata suspensão de todos os pagamentos dela decorrentes.

Tendo em vista a jurisprudência contemporânea do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, a determinação do Tribunal de Contas é:

- (A) constitucional, uma vez que as Cortes de Contas possuem competência para apreciar a constitucionalidade de leis e atos do Poder Público no exercício de suas funções fiscalizatórias, conforme entendimento sumulado e reiterado pela jurisprudência recente do Supremo Tribunal Federal.
- (B) constitucional, desde que a deliberação de inconstitucionalidade tenha ocorrido pelo voto da maioria absoluta dos membros do Tribunal de Contas, em observância à cláusula de reserva de plenário prevista na Constituição Federal.
- (C) inconstitucional, unicamente pelo fato de o Tribunal de Contas estadual não ter jurisdição sobre atos normativos municipais, sendo o controle externo municipal de competência exclusiva e indelegável da Câmara de Vereadores.
- (D) inconstitucional, pois os Tribunais de Contas não exercem função jurisdicional nem possuem competência para efetuar controle de constitucionalidade, ainda que incidental, devendo observar a presunção de constitucionalidade das leis até eventual pronunciamento do Poder Judiciário.
- (E) constitucional, por se tratar de legítimo exercício do poder-dever de autotutela e do controle financeiro-orçamentário voltado à preservação do equilíbrio atuarial do erário público.

06. O Ministério Público Federal ajuizou, perante o Supremo Tribunal Federal (STF), ação imputando ao Presidente da República e a um Deputado Federal a prática de determinado ato, enquadrando-o simultaneamente como crime de responsabilidade e como ato de improbidade administrativa.

Tendo em vista o entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal sobre o duplo regime sancionatório e a competência para o julgamento de ações de improbidade administrativa praticadas por agentes políticos, a cumulação da tipificação do mesmo fato como crime de responsabilidade e ato de improbidade administrativa é:

- (A) admissível para ambos os acusados, visto que a jurisprudência do STF reconhece a incidência do duplo regime sancionatório a todos os agentes políticos, sem exceção, devendo a ação de improbidade ser processada no STF por atração do foro por prerrogativa de função do crime de responsabilidade.
- (B) inadmissível para ambos os acusados, uma vez que a responsabilização por crime de responsabilidade absorve integralmente as sanções da Lei de Improbidade Administrativa em relação a todas as autoridades federais com prerrogativa de foro.
- (C) inadmissível para o Presidente da República, que está submetido a regime sancionatório único por crimes de responsabilidade, mas admissível para o Deputado Federal, que se sujeita ao duplo regime, ressaltando-se que a ação de improbidade em relação a este deve tramitar no primeiro grau de jurisdição.
- (D) admissível para o Presidente da República perante o Senado Federal, mas inadmissível para o Deputado Federal, haja vista a imunidade parlamentar cobrir ilícitos de natureza cível e administrativa cometidos durante o exercício do mandato.
- (E) inadmissível para o Presidente da República e admissível para o Deputado Federal, hipótese em que ambas as demandas (crime de responsabilidade e ação de improbidade) deverão ser reunidas e julgadas originariamente pelo Supremo Tribunal Federal por conexão.

07. Com base nos princípios institucionais do Ministério Público expressos na Constituição Federal e no entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a regra segundo a qual um membro do Parquet pode substituir outro no curso do processo, sem que isso implique a fragmentação do órgão ou a alteração da relação jurídica processual, decorre diretamente do princípio da:

- (A) Hierarquia institucional.
- (B) Unidade.
- (C) Independência funcional.
- (D) Inamovibilidade.
- (E) Indivisibilidade.

08. De acordo com a Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa que apresenta uma hipótese na qual o órgão fracionário de um tribunal está dispensado de submeter a arguição de inconstitucionalidade ao Plenário ou ao Órgão Especial.

- (A) Quando o afastamento da aplicação da lei for realizado mediante interpretação sistemática embasada em enunciado de súmula de Tribunal Superior – Superior Tribunal de Justiça ou Supremo Tribunal Federal.
- (B) Quando já houver pronunciamento prévio do Plenário (ou Órgão Especial) do próprio tribunal ou do Plenário do Supremo Tribunal Federal sobre a questão constitucional respectiva.
- (C) Quando o órgão fracionário empregar a técnica de declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto, negando vigência apenas a determinado sentido interpretativo.
- (D) Quando a ação tramitar nas justiças especiais – Justiça do Trabalho, Militar e Eleitoral, tendo em vista o princípio da especialidade.
- (E) Quando a norma impugnada for ato normativo estadual ou municipal, uma vez que a cláusula de reserva de plenário restringe-se ao controle de constitucionalidade de leis federais.

09. Determinado imóvel urbano de propriedade da União foi cedido a uma empresa privada para a exploração de atividade econômica com fins lucrativos. O município em que se localiza o imóvel lançou o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), apontando a empresa cessionária como devedora do tributo. Inconformada, a empresa ajuizou ação no Poder Judiciário requerendo a declaração de inexistência de relação jurídico-tributária e o reconhecimento da imunidade do imóvel por ela ocupado, sustentando que a titularidade do bem pertence a ente federativo.

Considerando a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- (A) A empresa cessionária faz jus à extensão da imunidade tributária recíproca, uma vez que a propriedade do imóvel pertence à União e a cessão de uso não transfere o domínio pleno do bem.
- (B) A cobrança do IPTU é inconstitucional, pois a posse decorrente de contrato de cessão de uso é precária e desprovida de *animus domini*, elemento indispensável para a caracterização do fato gerador.
- (C) O IPTU é devido, mas o lançamento fiscal deve ser direcionado à União, na qualidade de proprietária e possuidora indireta do imóvel, cabendo a esta cobrar o valor da cessionária via regresso.
- (D) Incide o IPTU sobre o bem público cedido à pessoa jurídica de direito privado exploradora de atividade econômica lucrativa, figurando a cessionária como devedora do imposto.
- (E) A imunidade tributária recíproca do imóvel permanece hígida, salvo se comprovado que a imunidade do bem poderia ocasionar uma posição privilegiada da cessionária no mercado, em ofensa ao princípio da livre iniciativa.

10. José impetrou mandado de segurança perante um Juiz de Direito de primeira instância, indicando como autoridade coatora um Auditor Fiscal de Tributos, com o objetivo de obter a declaração de isenção do pagamento de determinado tributo estadual. O magistrado extinguiu o processo sem resolução do mérito por ilegitimidade passiva da autoridade apontada. Em sede de apelação, José defendeu a aplicação da teoria da encampação, argumentando que o Auditor Fiscal, embora tenha alegado sua ilegitimidade para conceder a isenção, por não ter competência para tanto e nem ter hierarquia sobre a autoridade competente, adentrou no mérito ao defender a legalidade da cobrança em suas informações prestadas.

Com base jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta acerca da aplicabilidade da teoria da encampação ao caso.

- (A) A teoria da encampação é aplicável ao caso, bastando que a autoridade impetrada tenha se manifestado sobre o mérito do ato nas informações prestadas, sendo irrelevantes os aspectos de hierarquia.
- (B) A defesa do mérito promovida pelo Auditor Fiscal de Tributos é suficiente para suprir o vício de indicação da autoridade coatora, ainda que haja alteração na regra de competência.
- (C) A teoria da encampação só se aplica no mandado de segurança se estiverem presentes, de forma cumulativa: a existência de vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou informações e a que ordenou o ato; a manifestação sobre o mérito nas informações; e a ausência de modificação de competência estabelecida na Constituição Federal.
- (D) A inexistência de vínculo hierárquico entre a autoridade apontada e a que praticou o ato impugnado não impede a encampação, desde que haja manifestação sobre a matéria de fundo nas informações prestadas e intimação da pessoa jurídica de direito público à qual se vincula a autoridade coatora.
- (E) A teoria da encampação é de aplicação irrestrita nas ações mandamentais, permitindo a correção do polo passivo pelo juízo de origem a qualquer tempo, sem a necessidade de preenchimento cumulativo de requisitos específicos.

11. Quando o art. 147 da Lei nº 14.133/2021 estipula que a decisão sobre a declaração de nulidade do contrato administrativo somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, com avaliação, entre outros aspectos, do custo para realização de nova licitação ou celebração de novo contrato, está dando aplicação especialmente ao seguinte princípio administrativo:

- (A) moralidade.
- (B) legalidade.
- (C) impessoalidade.
- (D) eficiência.
- (E) transparência.

12. Dentre as características que distinguem a administração pública direta da administração pública indireta está:

- (A) a inclusão da administração pública direta no orçamento público do ente instituidor, ao contrário da administração indireta.
- (B) a autonomia orçamentária dos órgãos da administração pública direta, ao contrário das entidades da administração indireta, que não detém autonomia.
- (C) a subordinação hierárquica que rege a relação dos órgãos da administração direta e que não existe entre entidades da administração indireta.
- (D) o regime de execução das dívidas, que ocorre mediante precatório no caso das da administração direta e mediante penhora de bens, no caso da administração indireta.
- (E) a incidência dos princípios da administração pública, que se aplicam apenas à chamada administração direta, não se aplicando à administração indireta.

13. Quando o governador de um estado da Federação edita um decreto detalhando os procedimentos para a aplicação de lei estadual que trata de procedimentos disciplinares no âmbito da polícia civil do estado, ele está exercitando o seguinte poder administrativo:

- (A) hierárquico.
- (B) disciplinar.
- (C) de polícia.
- (D) autônomo.
- (E) regulamentar.

14. O elemento do ato administrativo representado pelo efeito jurídico pretendido, podendo ser vinculado ou discricionário é:

- (A) o objeto.
- (B) o motivo.
- (C) a finalidade.
- (D) a forma.
- (E) a competência.

15. Em 2019, o dirigente de determinada autarquia praticou ato administrativo amparado em parecer jurídico do órgão de assessoramento da entidade, o qual se apoiou em interpretação de conceito jurídico indeterminado então adotada de forma reiterada e de amplo conhecimento público pela Administração e chancelada por jurisprudência administrativa majoritária. O ato produziu todos os seus efeitos, e a situação por ele criada consolidou-se em favor de terceiros de boa-fé. Em 2026, o órgão de controle competente firma nova orientação sobre o mesmo conceito jurídico indeterminado, em sentido diverso do anteriormente prevalecente, e, com base nessa nova orientação, instaura processo para invalidar o ato de 2019 e responsabilizar pessoalmente o subscritor do parecer. Considerando o regime jurídico da LINDB, assinale a alternativa correta.

- (A) A decisão que decretar a invalidação do ato deverá indicar de modo expresso suas consequências jurídicas e administrativas, sendo-lhe facultado, todavia, deixar de indicar as condições de regularização, por se tratar de matéria inserida na esfera de discricionariedade exclusiva do gestor.
- (B) Sendo a nova orientação veiculada por norma de ordem pública, sua aplicação imediata e geral autoriza o desfazimento do ato jurídico perfeito constituído sob o regime interpretativo anterior.
- (C) É vedado ao órgão de controle declarar inválida a situação plenamente constituída com fundamento em mudança posterior de orientação geral, devendo levar em conta as orientações gerais da época, assim compreendidas as interpretações em jurisprudência judicial ou administrativa majoritária e as adotadas por prática administrativa reiterada.
- (D) O subscritor do parecer responderá pessoalmente por sua opinião técnica sempre que demonstrado o nexo entre a manifestação e o dano, independentemente do grau de culpa, dada a natureza vinculante do parecer para o gestor.
- (E) Fixada a nova orientação sobre norma de conteúdo indeterminado com imposição de novo dever, o regime de transição deverá ser previsto em qualquer hipótese, sob pena de nulidade da decisão, ainda que desnecessário à luz das circunstâncias do caso.

16. Área remanescente de loteamento, registrada em nome de determinado município e desprovida de qualquer destinação ou utilização pública, foi ocupada por particular a partir do ano de 2005, que ali edificou residência e realizou benfeitorias de vulto, mantendo a ocupação de forma mansa, pacífica e ininterrupta. Em 2026, o município ajuíza ação para reaver o imóvel, a que o ocupante resiste alegando a aquisição da propriedade pelo decurso do tempo e, subsidiariamente, o direito de retenção até que seja indenizado pelas construções e benfeitorias realizadas. Com base no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa correta.
- (A) Por se tratar de bem dominical, desprovido de afetação e sem destinação pública específica, é juridicamente possível a aquisição do domínio pelo ocupante mediante usucapião extraordinária, uma vez ultrapassado o prazo de quinze anos de posse mansa e pacífica.
 - (B) A ocupação indevida do bem público configura mera detenção, de natureza precária, insuscetível de retenção ou de indenização por acessões e benfeitorias.
 - (C) Caso o município opte por alienar o imóvel, a operação prescindirá de autorização legislativa e de licitação, bastando a avaliação prévia, justamente por se tratar de bem não afetado a uso comum do povo ou a uso especial.
 - (D) Se a área fosse qualificada como bem de uso comum do povo, o prolongado desuso pela coletividade acarretaria sua desafetação tácita, convertendo-a automaticamente em bem dominical, apto à alienação independentemente de manifestação legislativa.
 - (E) Se o imóvel pertencesse a sociedade de economia mista prestadora de serviço público, seria qualificado como bem público de uso especial, na forma do art. 98 do Código Civil, e gozaria de impenhorabilidade em qualquer hipótese.
17. O Ministério Público ajuizou ação de improbidade administrativa em face do prefeito de determinado município e de empresário contratado, imputando-lhes a celebração de contrato mediante dispensa indevida de licitação, com sobrepreço e efetiva perda patrimonial para o erário. Paralelamente, pelos mesmos fatos, tramita ação penal contra o prefeito. À luz da Lei nº 8.429/1992, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021, e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.
- (A) Embora a regra geral seja a exigência de dolo, subsiste a modalidade culposa nos atos de improbidade que causam lesão ao erário, em razão da gravidade do prejuízo patrimonial e da necessidade de recomposição do dano.
 - (B) A legitimidade para a propositura da ação de improbidade administrativa passou a ser exclusiva do Ministério Público, sendo vedado à pessoa jurídica de direito público lesada ajuizá-la, ainda que o órgão ministerial permaneça inerte.
 - (C) Caso a conduta venha a ser desclassificada para ato que atenta contra os princípios da administração pública, o agente ficará sujeito à perda da função pública e à suspensão dos direitos políticos pelo prazo de até oito anos, além da multa civil.
 - (D) O acordo de não persecução civil somente pode ser celebrado na fase pré-processual, no âmbito do inquérito civil, restando preclusa a solução consensual após o ajuizamento da ação de improbidade.
 - (E) Confirmada por decisão colegiada, a absolvição criminal do agente em ação que discuta os mesmos fatos, pelo fundamento de inexistência do fato ou comprovação de ausência de autoria, fica impedido o trâmite da ação de improbidade.

18. Determinado Estado-membro declarou de utilidade pública faixa de terreno de imóvel rural particular, para fins de instituição de servidão administrativa destinada à passagem de adutora integrante do sistema estadual de abastecimento de água, autorizando a concessionária do serviço a promover a medida e a executar as obras. Durante a execução, equipamento operado por prepostos da concessionária provocou incêndio que se alastrou e destruiu a lavoura de imóvel contíguo, pertencente a proprietário que não é usuário do serviço de abastecimento. Concluída a intervenção, verificou-se ainda que área adicional do imóvel serviente, não abrangida pelo ato declaratório, foi ocupada e nela edificada estação elevatória, já incorporada ao patrimônio público, sem qualquer processo expropriatório. Considerando o ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) A concessionária responde objetivamente pelos danos causados ao proprietário do imóvel contíguo, ainda que este não seja usuário do serviço público, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- (B) A instituição da servidão administrativa enseja, por si só, indenização prévia, justa e em dinheiro correspondente ao valor integral do imóvel serviente, à semelhança do que ocorre na desapropriação, dada a compressão do direito de propriedade.
- (C) Eventuais restrições urbanísticas de caráter geral incidentes sobre a área, impostas por lei a todos os imóveis da região, configuram desapropriação indireta e geram, por sua própria natureza, dever de indenizar o proprietário.
- (D) Caso o imóvel contíguo estivesse tombado por ato do Poder Público estadual, o proprietário faria jus a indenização automática correspondente ao valor de mercado do bem, em razão da perda do direito de dispor livremente da coisa.
- (E) Quanto à área ocupada sem processo expropriatório, o proprietário poderá reivindicar o bem a qualquer tempo, ainda que já incorporado ao patrimônio público, sendo vedada a conversão da pretensão em perdas e danos.

19. Município de pequeno porte realizou, no mesmo exercício financeiro, as seguintes contratações: (i) reforma emergencial da cobertura de uma escola municipal danificada por vendaval, no valor de R\$ 90.000,00, contratada diretamente com fundamento na hipótese de dispensa por emergência; (ii) serviços de manutenção preventiva da frota de veículos oficiais, no valor de R\$ 30.000,00, contratados por dispensa de licitação em razão do valor; e (iii) aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar, de valor igualmente enquadrado na dispensa em razão do valor, com entrega parcelada ao longo de doze meses. O setor de contratos submeteu à consultoria jurídica dúvida quanto à forma de instrumentalização de cada ajuste.

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

- (A) A aquisição dos gêneros alimentícios não comporta substituição do instrumento de contrato, uma vez que a entrega parcelada e a existência de obrigações diferidas no tempo afastam a hipótese legal, ainda que a contratação decorra de dispensa em razão do valor.
- (B) A reforma emergencial da escola comporta substituição do instrumento de contrato por ordem de execução de serviço, pois seu valor é inferior ao limite legal da dispensa em razão do valor previsto para obras e serviços de engenharia.
- (C) O contrato verbal é admitido para pequenas compras e para serviços de pronto pagamento, sujeitando-se ao mesmo limite de valor fixado para a dispensa de licitação em razão do valor aplicável às compras e aos serviços em geral.
- (D) A contratação dos serviços de manutenção da frota, por decorrer de dispensa de licitação em razão do valor, pode ser formalizada por ordem de execução de serviço, aplicando-se, a esse instrumento, no que couber, as cláusulas necessárias exigidas para os contratos administrativos.
- (E) Substituído o instrumento de contrato por carta-contrato, autorização de compra ou nota de empenho, fica dispensada a designação de agente público para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, em razão da natureza simplificada do ajuste.

20. De acordo com a Emenda Constitucional nº 132/2023, que introduziu no texto constitucional a chamada “Reforma Tributária do Consumo”, serão definitivamente extintos em 2033, com a plena entrada em vigência do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) os seguintes tributos de competência estadual e municipal:

- (A) o imposto sobre produtos industrializados (IPI) e a contribuição de intervenção no domínio econômico (CIDE).
- (B) o imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) e o imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS).
- (C) o imposto sobre produtos industrializados (IPI) e o imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS).
- (D) a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) e o imposto sobre operações financeiras (IOF).
- (E) o imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) e o imposto sobre transmissão inter vivos de imóveis e direitos reais.

DIREITO CIVIL E DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

21. Considere que Marie nasceu na França e lá viveu até o dia 01 de janeiro de 2026, data do seu casamento com João, que ocorreu na cidade de São Paulo. Após o matrimônio, eles estabeleceram o primeiro domicílio conjugal em Santiago (capital do Chile), o que perdurou por três anos, e, em seguida, por questões relacionadas ao trabalho de ambos, passaram a ter domicílios diversos: ele morando em Buenos Aires (capital da Argentina) e ela em Quito (capital do Equador). Marie descobriu que foi traída por João e deseja a invalidade do matrimônio, já ele quer se divorciar e aplicar ao regime de bens as leis brasileiras.

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB, assinale a alternativa correta.

- (A) Como Marie atualmente é domiciliada em Quito, devem ser aplicadas as leis equatorianas ao seu pedido de declaração de invalidade do matrimônio.
- (B) A pretensão de João deve prosperar, pois, como o casamento foi realizado em São Paulo, aplicam-se à relação conjugal todas as leis brasileiras.
- (C) Se Marie não for considerada vulnerável, seu pedido de invalidade do matrimônio será regido pelas leis brasileiras, uma vez que o casal teve domicílio em Santiago por menos de cinco anos.
- (D) Como João e Marie têm domicílios diversos, o regime de bens obedecerá às leis chilenas.
- (E) Como Marie nasceu na França, devem ser aplicadas as leis francesas ao seu pedido de declaração de invalidade do matrimônio.

22. Assinale a alternativa que contém apenas as características dos direitos da personalidade.

- (A) Patrimonialidade, relatividade, inalienabilidade e intransmissibilidade.
- (B) Extrapatrimonialidade, generalidade e imprescritibilidade.
- (C) Alienabilidade condicionada, relatividade e imprescritibilidade.
- (D) Taxatividade, indisponibilidade e patrimonialidade.
- (E) Inalienabilidade, caráter absoluto e taxatividade.

23. Suponha que Laura é credora de Daniela de uma dívida de R\$ 100.000,00, na qual deve incidir juros moratórios e correção monetária. Há um mês Laura comunicou a Daniela, por meio do envio de uma mensagem no WhatsApp, que estava naquele instante transferindo o seu crédito para Carol e a devedora respondeu com um “ok!”. Hoje, Carol foi cobrar a Daniela seu crédito, mas esta alegou que não havia sido formalmente notificada, que já tinha realizado o pagamento de R\$ 100.000,00 à Laura há 15 (quinze) dias e que faltava apenas quitar os juros e a correção monetária.

Com base na situação hipotética apresentada, é correto afirmar que

- (A) a cessão de crédito não se perfectibilizou, pois a devedora deveria ter sido notificada por meio do envio de carta com aviso de recebimento.
- (B) em face do valor do crédito, a cessão de crédito só seria válida se tivesse sido celebrada por meio de instrumento público.
- (C) o crédito só poderia ter sido cedido se o contrato entre Laura e Daniela previsse expressamente uma cláusula autorizando a cessão.
- (D) salvo disposição em contrário, na cessão de um crédito não se abrangem os acessórios, não incluindo os juros e a correção monetária.
- (E) a alegação de que Daniela não havia sido notificada não pode ser aceita, pois não se exige que haja uma comunicação formal, apenas que a devedora tenha conhecimento do fato, o que ocorreu.

24. Considere que Letícia é mãe de Daniel, de quatro anos, e ex-cônjuge de Max. Desde o fim do relacionamento conjugal, Max tem se negado a ajudar com as despesas do filho, alegando que ganha muito pouco como motorista de aplicativo e que ela tem renda suficiente para tanto. Visando dar um fim à situação, Letícia resolveu ajuizar uma ação de alimentos diretamente em face dos pais de Max, Carla e Roberto, pois sabe que eles têm um padrão de vida alto e que podem arcar com a obrigação alimentar.

Com base na situação hipotética apresentada, é correto afirmar que Letícia

- (A) agiu corretamente, pois os alimentos se fundam na solidariedade familiar.
- (B) está correta, pois os alimentos são devidos pelo familiar que tem mais condições de prestá-lo, devendo-se observar o binômio necessidade-possibilidade.
- (C) está equivocada, uma vez que a obrigação alimentar dos avós tem natureza complementar e subsidiária, somente se configurando no caso de impossibilidade total ou parcial de seu cumprimento por Max.
- (D) está equivocada, pois se ela possui renda suficiente para pagar as despesas do filho, não tem interesse no ajuizamento da ação de alimentos em face dos avós.
- (E) agiu adequadamente, pois o direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, podendo o alimentante escolher livremente a quem demandará.

25. Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei da saúde suplementar (Lei nº 9.656/1998).

- (A) A ANS poderá determinar a suspensão temporária da comercialização de plano ou produto caso identifique qualquer irregularidade contratual, econômico-financeira ou assistencial.
- (B) A Diretoria Colegiada definirá as atribuições e competências do diretor técnico, do diretor fiscal e do responsável pela alienação de carteira, não podendo ampliá-las, ainda que considere necessário.
- (C) Os créditos decorrentes da prestação de serviços de assistência privada à saúde preferem a todos os demais, exceto os de natureza trabalhista e quirográficos.
- (D) Havendo indisponibilidade de leito hospitalar nos estabelecimentos próprios, é garantido ao consumidor o acesso à acomodação, em nível superior, mediante pagamento da diferença.
- (E) Com a publicação da lei foi criado o Conselho de Saúde Suplementar – CONSU, órgão colegiado integrante da estrutura regimental do Ministério da Saúde, sendo o regimento interno do CONSU aprovado por portaria do Ministro da Saúde.

26. Considere que Caio tem 14 anos de idade e foi adotado há um mês; apesar de gostar muito dos seus pais, deseja conhecer sua origem biológica e obter acesso irrestrito ao processo de adoção.

Com base no disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente e a respeito da adoção, é correto afirmar que

- (A) como Caio tem menos de 16 (dezesesseis) anos, a adoção se perfectibilizou independentemente do seu consentimento.
- (B) admite-se que Caio tenha acesso ao processo de adoção, assegurada orientação e assistência jurídica e psicológica.
- (C) se Caio já estivesse em situação de guarda de fato, dispensava-se a realização do estágio de convivência.
- (D) Caio só terá direito de conhecer sua origem biológica e de obter acesso ao processo de adoção após completar 16 anos.
- (E) o vínculo da adoção de Caio se constituiu por sentença judicial, que foi averbada no registro civil mediante mandado do qual será fornecida certidão apenas mediante requerimento judicial.

27. Suponha que Natália tem 14 (catorze) anos, mora em São Paulo e deseja passar as férias no Rio de Janeiro, na casa de sua melhor amiga, e, para isso, pediu aos pais para viajar sozinha até lá de ônibus, o que foi prontamente deferido por ambos os pais.

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que Natália

- (A) poderá viajar, desde que apresente ao motorista do ônibus uma autorização de ambos os pais com firma reconhecida em cartório.
- (B) poderá viajar livremente, pois tem mais de 12 (doze) anos.
- (C) só poderia viajar sem autorização judicial se a viagem entre os municípios durasse menos de três horas.
- (D) para viajar sozinha precisa de expressa autorização judicial.
- (E) poderá viajar, desde que apresente formulário preenchido por ambos os pais ou pelo conselheiro tutelar da região que vive.

28. A respeito do superendividamento, assinale a alternativa que está de acordo com o disposto no Código de Defesa do Consumidor (CDC).

- (A) Na oferta de crédito ao consumidor admite-se indicar que a operação de crédito poderá ser concluída sem consulta a serviços de proteção ao crédito.
- (B) O exercício do direito de arrependimento nas hipóteses previstas no CDC, no contrato principal ou no contrato de crédito, não implica a resolução de pleno direito do contrato que lhe seja conexo.
- (C) Admite-se, desde que expresse no contrato e em cláusula separada com tamanho da fonte 12, no âmbito da oferta de crédito ao consumidor, condicionar o início de tratativas à renúncia ou à desistência de demandas judiciais.
- (D) Na oferta de crédito ao consumidor admite-se indicar que a operação de crédito poderá ser concluída sem avaliação da situação financeira do consumidor.
- (E) Na oferta de crédito, previamente à contratação, o fornecedor ou o intermediário deverá, entre outras condutas, informar a identidade do agente financiador e entregar ao consumidor, ao garante e a outros coobrigados, cópia do contrato de crédito.

29. Considere que José tem 66 (sessenta e seis) anos e está internado em um hospital municipal, sem qualquer acompanhante, diante da superlotação do nosocômio. Ele tem o domínio de suas faculdades mentais, mas não foi contatado para decidir se irá continuar o tratamento ao qual está submetido ou se amputará o braço, tendo o médico responsável contatado diretamente Maria, filha do paciente, a qual autorizou a cirurgia de amputação do membro.

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto no Estatuto da Pessoa Idosa, é correto afirmar que

- (A) o médico agiu erroneamente, pois a opção terapêutica deveria ter sido feita por José e não por sua filha.
- (B) como José tem menos de 70 (setenta) anos, não tem direito a acompanhante.
- (C) José só teria direito a acompanhante se não tivesse o domínio de suas faculdades mentais.
- (D) o médico agiu erroneamente, pois a opção terapêutica deveria ter sido feita pelo curador de José, já que ele tem mais de 65 (sessenta e cinco) anos.
- (E) o médico agiu erroneamente, pois a opção terapêutica deveria ter sido feita por ele, já que é quem tem expertise técnica para decidir, mas a José deveria ser assegurado o direito a acompanhante, independentemente de sua condição pessoal.

30. De acordo com o disposto no Provimento nº 83 de 14/08/2019, a inclusão de mais de um ascendente socioafetivo

- (A) é vedada.
- (B) deve ocorrer perante o cartório de registro de pessoas.
- (C) deverá tramitar pela via judicial.
- (D) depende de parecer favorável do Ministério Público e do registrador.
- (E) pode ocorrer perante o cartório ou pela via judicial, a depender de eventual hipossuficiência econômica.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E DA FAZENDA PÚBLICA

31. Joaquim ajuizou ação requerendo tutela antecipada em caráter antecedente em face de Pedro. O juízo deferiu liminarmente a medida requerida. Devidamente intimado, Pedro não interpôs agravo de instrumento contra a decisão concessiva, porém apresentou contestação tempestiva manifestando sua oposição à pretensão.

Tendo em vista o entendimento mais recente do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta quanto à estabilização da medida e ao rito processual a ser adotado.

- (A) Os prazos para o réu recorrer/impugnar a decisão e para o autor aditar a petição inicial correm de forma concomitante, sendo desnecessária nova intimação do autor após a manifestação do réu.
- (B) A tutela antecipada tornar-se-á estável, uma vez que apenas a interposição de recurso (agravo de instrumento) tem o condão de obstar a estabilização dos efeitos da medida.
- (C) A tutela antecipada não se estabilizará; contudo, o processo deverá ser extinto de plano, sem resolução do mérito, ante a ausência de aditamento espontâneo da inicial pelo autor no prazo de 15 dias contados da concessão da liminar.
- (D) O oferecimento de contestação opera a estabilização parcial da medida, extinguindo-se o procedimento provisório com julgamento de mérito e dispensando-se o autor do aditamento exordial.
- (E) A tutela antecipada não se estabilizará, pois a apresentação de contestação pelo réu afasta a estabilização, devendo o processo prosseguir com a intimação específica do autor para aditar a petição inicial.

32. Foi proferida decisão transitada em julgado, no âmbito do Juizado Especial da Fazenda Pública, julgando procedente a pretensão formulada em face de Joaquim. Posteriormente ao trânsito em julgado, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a inconstitucionalidade da norma que fundamentou essa condenação. Ciente do pronunciamento da Suprema Corte, Joaquim consulta seu advogado para saber como desconstituir a decisão.

Com base no entendimento do STF sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) Joaquim deverá apresentar impugnação ao cumprimento de sentença por inexigibilidade do título, independentemente do momento em que ocorreu a decisão do STF, por ser a impugnação a única via admitida nos Juizados Especiais.
- (B) Joaquim deverá ajuizar ação rescisória perante a Turma Recursal, haja vista que a legislação processual civil prevê essa via como a única adequada para desconstituir títulos judiciais inconstitucionais após o trânsito em julgado.
- (C) Joaquim poderá requerer a desconstituição da coisa julgada mediante simples petição, a ser apresentada no prazo equivalente ao da ação rescisória.
- (D) Joaquim não poderá desconstituir a condenação, pois é vedada de forma absoluta qualquer relativização da coisa julgada no âmbito dos Juizados Especiais.
- (E) Joaquim poderá alegar a inexigibilidade do título executivo judicial a qualquer tempo, pois a nulidade da norma resulta na nulidade da decisão que não convalesce por decurso de prazo.

33. Pedro pretende atuar como mediador judicial no âmbito da Justiça Estadual. Considerando os requisitos de capacitação, as atribuições funcionais, os impedimentos éticos e as diretrizes fixadas pela Resolução CNJ nº 125/2010 e seus anexos, assinale a alternativa correta.

- (A) Pedro ficará impedido, pelo prazo de 1 (um) ano, contado do término da última audiência em que atuar, de assessorar, representar ou patrocinar qualquer das partes.
- (B) Pedro poderá obter a certificação e o credenciamento definitivo como mediador judicial logo após a aprovação no módulo teórico de 40 horas/aula, sendo o estágio supervisionado facultativo aos graduados em Direito.
- (C) Pedro possui competência funcional para proferir a homologação de forma pessoal dos acordos por ele intermediados.
- (D) A habilitação de Pedro no sistema CONCILIAJUD confere autorização para que ele atue exclusivamente perante o Tribunal de Justiça no qual realizou o curso de capacitação.
- (E) Durante a condução do procedimento autocompositivo, Pedro poderá prestar consultoria jurídica privada a um dos envolvidos, desde que haja concordância expressa da outra parte.

34. João, cidadão em pleno gozo de seus direitos políticos, ajuizou ação popular em face do Prefeito do Município X, visando à anulação de ato administrativo sob o fundamento exclusivo de ofensa ao princípio da moralidade administrativa. O juízo de primeiro grau extinguiu o processo sem resolução do mérito, por entender que a demonstração de prejuízo material (dano efetivo ao erário) seria condição indispensável ao cabimento da demanda. O Tribunal de Justiça negou provimento à apelação de João, mantendo a extinção do feito e condenando o autor ao pagamento de custas e honorários advocatícios por suposta litigância de má-fé.

De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que o Tribunal de Justiça agiu

- (A) corretamente, uma vez que o texto constitucional exige a comprovação concomitante de lesão ao patrimônio financeiro e ao patrimônio imaterial para o processamento da ação popular.
- (B) incorretamente, pois a demonstração ou prova de prejuízo material aos cofres públicos não constitui requisito de cabimento da ação popular ajuizada para combater ato lesivo à moralidade administrativa.
- (C) incorretamente quanto à exigência de dano ao erário, mas agiu corretamente ao condenar João ao pagamento de custas e honorários, haja vista que a isenção constitucional beneficia apenas pretensões julgadas procedentes.
- (D) corretamente, visto que o controle do princípio da moralidade administrativa por meio de ação popular possui natureza estritamente subsidiária, dependendo do prévio ajuizamento de ação civil pública por improbidade administrativa.
- (E) incorretamente no tocante ao mérito, contudo a ação popular deve ser julgada improcedente por possuir a moralidade administrativa, caráter puramente ético, carecendo de densidade jurídica para, isoladamente, invalidar atos administrativos.

35. José, então Prefeito do Município X, foi condenado em primeiro grau, no ano de 2020, pela prática de ato de improbidade administrativa na modalidade culposa. O réu interpôs recurso de apelação. Em 2021, antes do julgamento do recurso, entrou em vigência nova legislação que não mais previa atos culposos de improbidade administrativa. Diante disso, José requereu ao Tribunal o afastamento da condenação devido à revogação do tipo legal. O Tribunal, contudo, manteve a condenação sob o fundamento de que a nova legislação não se aplica a fatos pretéritos, invocando o princípio do *tempus regit actum*.

Considerando o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que o Tribunal agiu

- (A) corretamente, porquanto a aplicação da nova lei a processos pendentes violaria a segurança jurídica e o princípio do *tempus regit actum*, ficando a exigência de dolo restrita a atos praticados após a promulgação da norma.
- (B) corretamente, pois a revogação da modalidade culposa é irretroativa em qualquer hipótese por força da Constituição Federal, sendo inaplicável a processos em andamento.
- (C) incorretamente, pois a revogação da improbidade culposa gera anistia ampla e imediata, anulando, automaticamente, inclusive as condenações com trânsito em julgado e os processos em fase de execução de pena.
- (D) incorretamente, pois a revogação da modalidade culposa, promovida pela atual legislação vigente, aplica-se aos atos praticados na vigência da lei anterior sem condenação transitada em julgado, devendo o juízo competente analisar a existência de eventual dolo do agente.
- (E) incorretamente, visto que a revogação da modalidade culposa obriga à absolvição sumária do réu, vedada qualquer reanálise do elemento subjetivo dolo pelo órgão julgador.

36. Em cumprimento de sentença promovido em face de determinado município, foi expedido precatório para a quitação da quantia certa devida. Ocorreu mora no pagamento do débito, ante o descumprimento do prazo constitucionalmente previsto para sua quitação. Diante do atraso, o credor requereu ao juízo da execução o parcelamento do valor exequendo, a fim de que as parcelas anuais fossem liquidadas por meio de requisições de pequeno valor (RPV).

Segundo as normas constitucionais regentes do pagamento de débitos pela Fazenda Pública, assinale a alternativa correta sobre o pedido do credor.

- (A) O fracionamento é admitido excepcionalmente, desde que cada parcela anual do precatório respeite o teto fixado pela legislação municipal para a expedição de RPV.
- (B) O pedido deve ser deferido, uma vez que a mora inescusável da Fazenda Pública autoriza a conversão do saldo residual do precatório em RPVs anuais.
- (C) O pedido deve ser indeferido, pois a mora no pagamento do precatório não afasta a vedação constitucional ao fracionamento, repartição ou parcelamento do valor da execução para pagamento por RPV.
- (D) O descumprimento do prazo de pagamento extingue o precatório anteriormente expedido, restabelecendo o direito de o credor fracionar a execução na via direta.
- (E) O deferimento do parcelamento por RPV é faculdade do juiz da execução, desde que haja prévia concordância do ente público devedor.

37. Um município figurou no polo passivo de ação proposta por servidor público estatutário perante o Juizado Especial da Fazenda Pública, objetivando o recebimento de diferenças remuneratórias. O pedido foi julgado procedente em primeira instância. Inconformado, o município interpôs recurso nominado, contudo a Turma Recursal negou provimento ao recurso e manteve a sentença favorável ao servidor. Ao analisar o acórdão, a Procuradoria Municipal constatou que a decisão proferida pela Turma Recursal divergia sobre questão de direito material de julgados de Turmas Recursais de outros Estados, bem como contrariava súmula do Superior Tribunal de Justiça.

Considerando estritamente a legislação que rege os Juizados Especiais da Fazenda Pública, o instrumento processual cabível a ser apresentado pelo município é o

- (A) recurso especial dirigido ao Superior Tribunal de Justiça.
- (B) recurso extraordinário dirigido ao Supremo Tribunal Federal.
- (C) pedido de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma de Uniformização do Tribunal de Justiça local.
- (D) pedido de uniformização de interpretação de lei dirigido ao Superior Tribunal de Justiça.
- (E) apelação cível dirigida ao Tribunal de Justiça do Estado.

38. Com base nas disposições do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), a atividade jurisdicional voltada à administração pública de interesses privados, na qual o juiz não está adstrito ao critério da legalidade estrita — podendo adotar em cada caso a solução que considerar mais conveniente ou oportuna —, denomina-se jurisdição

- (A) consultiva.
- (B) contenciosa.
- (C) arbitral.
- (D) delegada.
- (E) voluntária.

39. Em 2016, José celebrou contrato de locação residencial com Pedro pelo prazo determinado de 60 meses. Findo o prazo ajustado, o contrato não foi renovado expressamente, mas Pedro permaneceu no imóvel sem oposição do locador, mantendo o pagamento regular dos aluguéis na forma contratada. Em agosto de 2021, em razão da perda de seu emprego, Pedro deixou de pagar dois meses de aluguel, o que levou José a ajuizar ação de despejo por falta de pagamento. Citado no processo, Pedro purgou a mora no prazo legal, ensejando a extinção do feito. Em setembro de 2026, Pedro voltou a ficar inadimplente e José ajuizou nova ação de despejo por falta de pagamento. Após ser citado, Pedro depositou judicialmente os valores dos aluguéis em atraso, contudo sem incluir a correção monetária e os juros de mora contratualmente previstos.

Com base nesse caso hipotético e com fundamento exclusivo na legislação que rege as locações de imóveis, assinale a alternativa correta.

- (A) Pedro está impedido de purgar a mora na nova ação de despejo, uma vez que a legislação veda a utilização dessa faculdade por mais de uma vez ao longo de toda a vigência da relação contratual.
- (B) Pedro tem o direito de purgar a mora, pois transcorreram mais de 24 meses da purgação anterior; todavia, por ser a oferta incompleta, caso José alegue a insuficiência do depósito, Pedro poderá ser intimado para complementá-lo no prazo de 10 (dez) dias.
- (C) O depósito parcial realizado por Pedro extingue automaticamente a ação de despejo, cabendo a José cobrar os juros e a correção monetária exclusivamente por meio de ação autônoma de execução.
- (D) Por ter depositado valor menor do que o devido, Pedro perdeu definitivamente a oportunidade de sanar a mora, devendo o juiz decretar de imediato a rescisão do contrato e a desocupação compulsória.
- (E) A purgação da mora prescinde da inclusão de juros de mora e correção monetária no momento da citação, sendo tais acréscimos devidos apenas a partir do trânsito em julgado da sentença condenatória.

40. José e Maria contraíram matrimônio no ano de 1998, adotando o regime da separação convencional de bens. A norma vigente à época do casamento não permitia a mudança do regime de bens do casamento. Na constância do casamento, sobreveio norma que permite a mudança do regime de bens e o casal requereu judicialmente a alteração do regime patrimonial para o da comunhão universal de bens, postulando, inclusive, a atribuição de efeitos retroativos da alteração à data da celebração do matrimônio. Acerca da aplicabilidade da mudança de regime de bens aos casamentos celebrados sob a legislação anterior, bem como quanto à viabilidade de fixação do termo inicial dos efeitos da alteração de forma retroativa (*ex tunc*).

Nesse caso, de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

- (A) A alteração do regime de bens é juridicamente possível para casamentos celebrados sob a norma anterior, em razão da aplicação imediata da nova norma, e a modificação para o regime da comunhão universal admite eficácia retroativa (*ex tunc*) à data do matrimônio, por constituir corolário lógico da universalidade da comunhão, ressalvados os direitos de terceiros.
- (B) A pretensão do casal é inviável juridicamente, pois a norma vigente à época do casamento permanece gerando efeitos ultraativos, em respeito ao princípio do ato jurídico perfeito e à irretroatividade da lei.
- (C) É admissível a alteração do regime de bens para casamentos celebrados sob o norma anteriormente vigente, contudo os efeitos da sentença serão estritamente *ex nunc* (prospectivos), sendo juridicamente vedada a atribuição de eficácia *ex tunc* em qualquer hipótese de modificação de regime patrimonial.
- (D) A alteração para o regime da comunhão universal de bens produz efeitos *ex tunc*, mas sua eficácia em relação aos cônjuges fica condicionada à inexistência de qualquer dívida passiva preexistente do casal, sob pena de nulidade absoluta da alteração do regime.
- (E) A alteração do regime de bens aplica-se aos casamentos celebrados sob a norma anterior, mas a eficácia retroativa (*ex tunc*) alcança exclusivamente os bens imóveis adquiridos antes da alteração, permanecendo os bens móveis sujeitos à eficácia prospectiva (*ex nunc*).

41. No estudo das fontes do Direito Penal brasileiro, considere-se como fonte formal imediata
- (A) a lei penal.
 - (B) a doutrina penal.
 - (C) os costumes jurídicos.
 - (D) os princípios gerais do direito.
 - (E) a jurisprudência dos tribunais.
42. Durante grave crise sanitária, foi editada lei penal temporária com vigência expressamente limitada a determinado período, tipificando conduta até então atípica. Encerrada sua vigência, descobriu-se que determinado agente praticou a conduta durante o período de eficácia da lei.
- Nessa situação, é correto afirmar que a lei
- (A) é dotada de ultratividade e será aplicada ao agente.
 - (B) não poderá ser aplicada, em razão da “abolitio criminis”.
 - (C) poderá ser aplicada, apenas, se mais benéfica ao agente.
 - (D) perde toda eficácia penal após o término de sua vigência.
 - (E) será aplicada, apenas, se a denúncia tiver sido oferecida antes de sua revogação.
43. Em sede de conflito aparente de normas, o princípio que faz o funcionário público responder por peculato-furto ao invés de furto denomina-se
- (A) consunção.
 - (B) especialidade.
 - (C) alternatividade.
 - (D) progressão criminosa.
 - (E) subsidiariedade tácita.
44. “A”, que pedalava uma bicicleta, atropelou e matou um pedestre. “A” reconheceu que pilotava em velocidade elevada e que não conseguiu desviar a tempo, apesar de ter tentado e nunca imaginar que o evento poderia ter acontecido. “A”, de fato, fora imprudente.
- Sendo assim, a figura típica que se adequa a essa situação hipotética é
- (A) periclitção da vida, com resultado morte.
 - (B) homicídio doloso – dolo eventual.
 - (C) homicídio doloso – dolo indireto.
 - (D) lesão corporal seguida de morte.
 - (E) homicídio culposo.

45. Assinale o tipo de crime em que o sujeito ativo é dotado da singular característica “dever jurídico específico de proteção e vigilância” e que, por isso, é denominado de “garante”.
- (A) Omissivo puro.
 - (B) Omissivo próprio.
 - (C) Omissivo por ação.
 - (D) Comissivo por omissão.
 - (E) Objetivamente omissivo.
46. Com base nas regras do regime semiaberto previstas no Código Penal, assinale a alternativa correta.
- (A) O regime semiaberto é cumprido em penitenciária de segurança média.
 - (B) O trabalho externo depende sempre do cumprimento prévio de um sexto da pena.
 - (C) No regime semiaberto, o trabalho durante o dia é facultado apenas aos condenados por crimes culposos.
 - (D) O condenado em regime semiaberto cumpre a pena exclusivamente em cela individual durante o período noturno.
 - (E) O condenado em regime semiaberto pode frequentar curso profissionalizante, de ensino médio ou superior, desde que autorizada a saída.
47. Com base no art. 122 do Código Penal, assinale a alternativa correta quanto à conduta e sua consequência jurídica.
- (A) Um indivíduo incentiva outra pessoa maior e capaz a se automutilar e ocorre lesão leve; o fato é atípico.
 - (B) Um indivíduo apenas disponibiliza, sem solicitar contraprestação, instrumento utilizado por outra pessoa para praticar suicídio, que tem como resultado lesão grave, sabedor da finalidade do empréstimo; o fato é atípico.
 - (C) Um indivíduo cria e alimenta grupo virtual destinado a incentivar o suicídio de participantes, vindo a suicidar-se um dos participantes, menor de 14 anos; o agente responde por homicídio.
 - (D) Um indivíduo instiga pessoa maior e capaz ao suicídio, mas a vítima morre por causa diversa e totalmente independente da influência recebida; o agente responde pela morte.
 - (E) Um indivíduo instiga outra pessoa ao suicídio; o agente responde pelo art. 122 apenas se houver resultado morte.

48. Um agente entrou em uma farmácia, simulou estar armado ao manter uma das mãos sob a camisa e exigiu a entrega do dinheiro do caixa. Temendo a agressão anunciada, o atendente entregou os valores solicitados. Após a fuga, verificou-se que o agente não portava qualquer arma.

Em relação a essa situação hipotética, o fato configura

- (A) furto mediante fraude, pois inexistia arma real.
- (B) constrangimento ilegal, pois a grave ameaça era inidônea.
- (C) tentativa de roubo, pois a ausência de arma impede a consumação.
- (D) roubo próprio consumado, já que a grave ameaça foi eficaz para subjugar a vítima.
- (E) extorsão consumada, porque ausente a subtração e presente a entrega da coisa.

49. Assinale a alternativa correta no que concerne ao crime de injúria racial.

- (A) Qualifica-se se a vítima sofre efetivo prejuízo material em decorrência da ofensa.
- (B) Tem pena aumentada se cometido mediante concurso de duas ou mais pessoas.
- (C) Possui o mesmo bem jurídico e os mesmos elementos típicos do crime de racismo.
- (D) Configura-se, apenas, se a ofensa ocorrer na presença de outras pessoas.
- (E) É crime equiparado aos hediondos.

50. Um delegado de polícia determinou a condução coercitiva de uma testemunha regularmente identificada nos autos, sem prévia intimação para comparecimento e sem situação de flagrante delito. A medida foi executada por policiais, que levaram a testemunha à delegacia para prestar esclarecimentos.

Em relação a essa situação hipotética e à luz da Lei nº 13.869/2019, assinale a alternativa correta.

- (A) A conduta é atípica, pois a condução coercitiva constitui ato discricionário da autoridade policial.
- (B) A conduta configura abuso de autoridade somente se a testemunha permanecer detida por mais de 24 horas.
- (C) A configuração do delito exige demonstração de finalidade específica de, por exemplo, prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo.
- (D) A responsabilização penal pelo abuso de autoridade depende da prévia anulação judicial da condução coercitiva.
- (E) A conduta caracteriza abuso de autoridade independentemente de dolo específico, bastando a ilegalidade objetiva do ato.

51. Durante seu interrogatório policial, após ser informado de seus direitos constitucionais, o investigado recusou-se a responder às perguntas relacionadas aos fatos apurados. No entanto, ao ser questionado sobre sua qualificação, atribuiu-se conscientemente falsa identidade, com o propósito de impedir a descoberta de condenações anteriores.

Considerando o princípio da não autoincriminação, assinale a alternativa correta.

- (A) O direito ao silêncio somente pode ser exercido durante o interrogatório judicial, não se aplicando à fase de investigação policial.
- (B) O silêncio do investigado pode ser considerado indício de autoria quando estiver em harmonia com outros elementos informativos colhidos na investigação.
- (C) O investigado pode permanecer em silêncio quanto aos fatos, sem que essa conduta seja interpretada em seu prejuízo, mas o princípio da não autoincriminação não torna lícita a atribuição de falsa identidade perante a autoridade policial.
- (D) O princípio da não autoincriminação assegura ao investigado o direito de fornecer dados falsos sobre sua identidade sempre que essa conduta tiver por finalidade evitar uma consequência penal desfavorável.
- (E) A recusa do investigado em responder às perguntas sobre os fatos torna inválido o interrogatório, ainda que ele tenha sido previamente informado do direito ao silêncio.

52. No curso de uma ação penal, entrou em vigor uma lei de natureza exclusivamente processual que modificou o procedimento aplicável a determinado ato ainda não realizado. Alguns atos processuais, contudo, já haviam sido regularmente praticados conforme a legislação anterior.

Nessa situação, é correto afirmar que a nova lei

- (A) será aplicada somente aos processos iniciados após a sua entrada em vigor.
- (B) será aplicada aos atos futuros do processo, preservando-se a validade dos atos praticados sob a vigência da lei anterior.
- (C) retroagirá para invalidar os atos anteriormente praticados que não estejam de acordo com o novo procedimento.
- (D) somente será aplicada ao processo em curso se suas disposições forem mais favoráveis ao acusado.
- (E) poderá ser aplicada ao processo em curso apenas se houver concordância do Ministério Público e da defesa.

53. A autoridade competente tomou conhecimento da suposta prática de crime cuja pena máxima é de um ano, submetido ao regime da Lei nº 9.099/1995. A ocorrência não apresenta complexidade nem exige diligências investigativas adicionais.

Considerando a disciplina do termo circunstanciado e do inquérito policial, assinale a alternativa correta.

- (A) Deverá ser instaurado inquérito policial, pois o termo circunstanciado somente pode ser lavrado depois da conclusão da investigação.
- (B) Deverão ser instaurados, simultaneamente, inquérito policial e termo circunstanciado, uma vez que os dois procedimentos são indispensáveis ao oferecimento da denúncia.
- (C) Será lavrado termo circunstanciado, que poderá servir de base ao oferecimento da denúncia, dispensando-se o inquérito policial. Se o autor do fato for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de comparecer, não será imposta prisão em flagrante nem exigida fiança.
- (D) Será lavrado termo circunstanciado, cuja remessa ao juizado importa no início da ação penal, independentemente do oferecimento de denúncia ou queixa.
- (E) A instauração de inquérito policial é indispensável para o exercício da ação penal pública, ainda que o Ministério Público disponha de elementos suficientes sobre a materialidade e a autoria.

54. A respeito do juiz, do Ministério Público, do acusado e seu defensor, do assistente de acusação e dos auxiliares da Justiça, assinale a alternativa correta.

- (A) O juiz poderá exercer a jurisdição no processo em que tenha atuado anteriormente como membro do Ministério Público, desde que nenhuma das partes apresente oposição.
- (B) O Ministério Público poderá desistir da ação penal pública enquanto não houver sido proferida sentença.
- (C) O ofendido poderá ingressar como assistente do Ministério Público durante o inquérito policial, antes do início da ação penal.
- (D) As disposições relativas à suspeição dos juízes não se aplicam aos peritos e intérpretes.
- (E) Nenhum acusado, ainda que ausente ou foragido, poderá ser processado ou julgado sem defensor.

55. A respeito da ação penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Nos crimes de ação pública condicionada, a representação deverá ser necessariamente escrita e conter assinatura autenticada do ofendido ou de seu representante legal.
- (B) Na ação privada, o querelante poderá escolher contra quais autores conhecidos oferecerá a queixa, em razão do princípio da disponibilidade.
- (C) Diante da inércia do órgão acusador em propor a ação pública no prazo legal, o ofendido poderá oferecer queixa subsidiária, cabendo ao órgão ministerial aditá-la, repudiá-la e apresentar denúncia substitutiva, além de retomar a ação em caso de negligência do querelante.
- (D) O requerimento de arquivamento da investigação autoriza o ofendido a propor ação privada subsidiária, caso discorde das razões apresentadas.
- (E) Na ação privada, o perdão concedido pelo ofendido constitui ato unilateral e produz efeitos independentemente da aceitação do querelado.

56. Carlos, residente em Jundiaí, praticou e consumou integralmente um crime de furto na cidade de Campinas. A vítima reside na capital paulista, e o acusado foi localizado e preso posteriormente em Sorocaba. Não há conexão, continência ou regra especial de competência aplicável ao caso.

De acordo com a regra geral do Código de Processo Penal, a ação penal deverá tramitar perante o juízo da comarca de

- (A) Jundiaí, por ser o local de residência do acusado.
- (B) São Paulo, por ser o local de residência da vítima.
- (C) Sorocaba, por ter sido o local da prisão do acusado.
- (D) Campinas, por ser o local em que a infração penal se consumou.
- (E) Campinas ou São Paulo, firmando-se a competência por prevenção entre o local da consumação do delito e o domicílio da vítima.

57. A respeito da disciplina da prova no processo penal brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) Os elementos informativos colhidos na investigação somente podem contribuir para a formação de um juízo condenatório quando se enquadrarem como provas cautelares, não repetíveis ou antecipadas, ainda que haja provas judiciais autônomas que os corroborem.
- (B) No sistema da persuasão racional, o juiz pode afastar as conclusões do laudo pericial e reconhecer a materialidade por meio de prova testemunhal ou confissão judicial, mesmo quando a infração tenha deixado vestígios ainda disponíveis para exame.
- (C) Quando o acusado, citado por edital, não comparecer nem constituir advogado, o juiz deverá suspender o curso do prazo prescricional, mas poderá determinar o regular prosseguimento do processo mediante a nomeação de defensor dativo, desde que não haja necessidade de produção de prova considerada urgente.
- (D) A prova derivada não será atingida pela ilicitude da prova originária quando não houver nexo causal entre elas ou quando aquela puder ser obtida por fonte independente, capaz, por si só e segundo os procedimentos usuais da investigação, de conduzir ao fato objeto da prova.
- (E) A reprodução, sob contraditório judicial, do conteúdo revelado por uma prova ilícita rompe o nexo de derivação e permite sua valoração, desde que a parte contrária tenha oportunidade de questionar a confiabilidade do novo elemento probatório.

58. A respeito da prisão preventiva, da prisão domiciliar, das medidas cautelares diversas da prisão, da liberdade provisória e da fiança, assinale a alternativa correta.

- (A) A prisão preventiva depende de provocação durante a investigação, mas pode ser decretada de ofício pelo juiz no curso do processo, desde que estejam demonstrados os requisitos dos arts. 312 e 313 do Código de Processo Penal.
- (B) A prisão preventiva poderá ser substituída pela domiciliar quando o agente for maior de 70 anos, desde que a condição etária seja demonstrada por prova idônea.
- (C) As medidas cautelares diversas da prisão somente podem ser aplicadas quando também estiverem presentes as hipóteses de admissibilidade da prisão preventiva previstas no art. 313 do Código de Processo Penal, pois funcionam exclusivamente como suas substitutas.
- (D) Ausentes os requisitos da prisão preventiva, deverá ser concedida liberdade provisória, que poderá ser condicionada a uma ou mais medidas cautelares, inclusive fiança, aplicadas isolada ou cumulativamente segundo sua necessidade e adequação.
- (E) A atribuição da autoridade policial para conceder fiança é definida pela pena mínima abstratamente cominada à infração, que não poderá ser superior a quatro anos, cabendo ao juiz decidir nos demais casos.

59. Em ação penal submetida ao procedimento comum, durante a oitiva de uma testemunha, o juiz formulou inicialmente suas perguntas e, em seguida, concedeu a palavra ao Ministério Público e à defesa. O defensor participou do ato, formulou as perguntas que considerou pertinentes e não registrou nenhuma objeção, tampouco suscitou a questão nas alegações finais. Após a prolação de sentença condenatória, pretende impugnar o procedimento, sem indicar prejuízo concreto decorrente da inversão da ordem da inquirição.

Diante dessa situação, é correto afirmar que caberá

- (A) recurso em sentido estrito, pois a insurgência se dirige a uma irregularidade ocorrida durante a instrução, anterior à sentença, e não ao conteúdo condenatório do pronunciamento final.
- (B) apelação, podendo a irregularidade ser suscitada pela primeira vez nas razões recursais, pois o art. 571, inciso VII, do Código de Processo Penal permite a arguição, nessa oportunidade, das nulidades identificadas após a decisão de primeira instância, ainda que o vício tenha ocorrido durante a audiência de instrução.
- (C) apelação, mas o pedido de anulação não deverá ser acolhido, pois a nulidade ocorrida em audiência deve ser arguida logo depois de verificada, e nenhum ato será declarado nulo sem a demonstração de prejuízo, exigências que não foram atendidas no caso apresentado.
- (D) apelação, sendo suficiente para o reconhecimento da nulidade a superveniência da condenação, que torna presumido o prejuízo causado pela inversão da ordem das perguntas.
- (E) correição parcial, pois a impugnação se dirige à forma de condução da instrução, e não ao conteúdo da sentença condenatória posteriormente proferida.

60. A respeito das regras processuais penais previstas na Lei nº 11.340/2006, assinale a alternativa correta.

- (A) Nas ações penais públicas condicionadas à representação, se a ofendida manifestar expressamente, antes do recebimento da denúncia, o desejo de se retratar, o juiz deverá designar audiência específica para confirmar essa vontade, com a oitiva do Ministério Público.
- (B) A intimação do advogado constituído ou do defensor público da ofendida acerca do ingresso e da saída do agressor da prisão torna dispensável a notificação da própria vítima sobre esses atos.
- (C) Nos processos em que se apuram crimes praticados em contexto de violência doméstica e familiar, o sigilo legal do nome da ofendida estende-se automaticamente ao nome do acusado e aos demais dados do processo.
- (D) As medidas protetivas de urgência somente podem ser concedidas após o registro de boletim de ocorrência e a instauração de inquérito policial, pois dependem da existência de procedimento destinado à apuração de infração penal.
- (E) A suspensão condicional do processo pode ser oferecida nas contravenções penais praticadas em contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, pois a vedação legal alcança apenas os crimes.

